

LICITAÇÕES | INTELIGENTES

Cursos

Soluções Especializadas

Catálogo 2024

www.licitainteligente.com.br

Negócios Inteligentes

Av. Brig. Faria Lima, 3144
São Paulo/SP

Página 5

Quem somos

Página 6

Nosso diferencial

Página 7

Curso 1 – Nova Lei de Licitações: atualização e aperfeiçoamento

Página 8

Curso 2 – Nova Lei de Licitações para empresas licitantes

Página 9

Curso 3 – Licitações e contratos das empresas estatais

Página 10

Curso 4 – Regulamentação da Nova Lei de Licitações

Página 11

Curso 5 – Estudo Técnico Preliminar

Página 12

Curso 6 – Procedimentos auxiliares em contratações públicas

Página 13

Curso 7 – Contratação direta: dispensa e inexigibilidade de licitação

Página 14

Curso 8 – Consultoria e assessoramento jurídico em licitações e contratos administrativos

Página 15

Curso 9 – Consultoria e assessoramento jurídico para empresas em licitações e contratos administrativos

Página 16

Curso 10 – Fiscalização de contratos

Página 17

Curso 11 – Processo de padronização

Página 18

Curso 12 – Certificações de qualidade em licitações e contratos

Página 19

Curso 13 – Compras públicas sustentáveis

Página 20

Curso 14 – Compras públicas centralizadas

Página 21

Curso 15 – Matriz de riscos de contratos administrativos

Página 22

Curso 16 – Planejamento e fiscalização de obras e serviços de engenharia

Página 23

Curso 17 – Inspeção acreditada de empreendimentos de infraestrutura

Página 24

Curso 18 – Contratação de produtos e serviços de defesa e segurança

Página 25

Curso 19 – Modelagem técnica e econômica de concessões e PPPs

Página 26

Curso 20 – Avaliação de conformidade de concessões e PPPs

Página 27

Curso 21 – Estruturação de concessões e PPPs de saneamento básico

Página 28

Curso 22 – Meios adequados de solução de conflitos

Página 29

Curso 23 – Processo de apuração de responsabilidade contratual

Página 30

Curso 24 – Processo administrativo de responsabilização

Página 31

Curso 25 – Processo administrativo disciplinar: a visão da Corregedoria e a visão da Defesa

Página 32

Curso 26 – Improbidade administrativa em gestão e contratos administrativos

Página 33

Curso 27 – *Compliance* em contratações públicas

Página 34

Curso 28 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)

Página 35

Curso 29 – Análise de Impacto Regulatório

Página 36

Curso 30 – Avaliação de Impacto Legislativo

Página 37

Nossos talentos

Página 45

Informações de contato

Quem somos

Licitações Inteligentes é o segmento de atuação da sociedade empresária Negócios Inteligentes com dedicação ao desenvolvimento profissional e gerencial em contratações públicas e temas correlatos, com soluções especializadas para a Administração Pública e empresas que contratam com o Poder Público, de acordo com suas características e nichos de atividades.

Nosso diferencial

Nosso negócio é orientado por métodos internacionalmente reconhecidos de gestão por competência e abordagem de processo. Nossas soluções visam ao treinamento específico conforme as particularidades da organização, com o intento de resolver problemas concretos com fundamentos teóricos e estudos práticos adequados à sua estrutura, realidade e complexidade, empregando em nossas atividades as normas técnicas internacionais ISO 10015, 10018, 29992 e 21001, com vistas a alcançar nível de excelência em resultados.

CURSO 1

SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS

NOVA LEI DE LICITAÇÕES

Atualização e aperfeiçoamento sobre a Lei n.º 14.133/2021

DESCRIÇÃO

O curso sobre a Nova Lei de Licitações aborda as inovações em matéria de licitações e contratos administrativos, advindas com a edição da Lei n.º 14.133/2021 e revogação da Lei n.º 8.666/1993, da Lei n.º 10.520/2002 (Lei do Pregão) e dos artigos 1º a 47-A da Lei n.º 12.462/2011 (Regime Diferenciado de Contratações – RDC), em 30 de dezembro de 2023. O conteúdo enfatiza as potencialidades da nova lei para o incremento de qualidade das contratações e cuidados relacionados às obrigações e responsabilidades dos gestores públicos e empresas contratadas pela Administração.

EMENTA

1. Questões preliminares: o que se deve entender antes de tudo. 2. Princípios norteadores da licitação. 3. Objetivos da licitação. 4. Regulamentação da lei. 5. Responsabilidades elucidadas. 6. Fase preparatória. 7. Ato convocatório e realização do certame. 8. Recursos. 9. Modalidades de licitação. 10. Procedimentos auxiliares. 11. Especificações técnicas. 12. Regimes de contratação. 13. Parecer jurídico. 14. Contratação direta: dispensa e inexigibilidade de licitação. 15. Transparência e controle. 16. Alteração contratual. 17. Reequilíbrio econômico-financeiro do contrato. 18. Fiscalização do contrato. 19. Inexecução contratual. 20. Extinção contratual. 21. Matriz de riscos. 22. Nulidades contratuais. 23. Meios adequados de solução de conflitos. 24. Modelo de gestão. 25. Programa de integridade.

METODOLOGIA

Exposição da matéria, abordagem de casos e exercícios práticos.

CARGA HORÁRIA

24 horas/aula

PÚBLICO-ALVO

Órgãos e entidades da Administração Pública em todos os níveis federativos.

CURSO 2

SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS

**NOVA LEI DE LICITAÇÕES
PARA EMPRESAS LICITANTES**

Atualização e aperfeiçoamento sobre a Lei n.º 14.133/2021

DESCRIÇÃO

O curso sobre a Nova Lei de Licitações aborda as inovações em matéria de licitações e contratos administrativos, advindas com a edição da Lei n.º 14.133/2021 e revogação da Lei n.º 8.666/1993, da Lei n.º 10.520/2002 (Lei do Pregão) e dos artigos 1º a 47-A da Lei n.º 12.462/2011 (Regime Diferenciado de Contratações – RDC), em 30 de dezembro de 2023. O conteúdo enfatiza as potencialidades da nova lei para o incremento de qualidade das contratações e cuidados relacionados às obrigações e responsabilidades das empresas licitantes e contratadas pela Administração.

EMENTA

1. Inovações sobre contratações públicas. 2. Mudanças para microempresas e empresas de pequeno porte. 3. Princípios da licitação e seus efeitos para as licitantes. 4. Análise de risco da licitação e do contrato. 5. Projeção de custos e oportunidades. 6. Decisão de participação na licitação. 7. Análise de projetos e requisitos da licitação. 8. Certificações e outros mecanismos de avaliação da conformidade. 9. Elaboração da proposta. 10. Impugnação do edital. 11. Participação no certame. 12. Recursos. 13. Formação do contrato. 14. Modelo de gestão contratual. 15. Poderes e limites da fiscalização do contrato. 16. Dever de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro. 17. Matriz de riscos e seus efeitos para a contratada e para a Administração. 18. Alterações contratuais. 19. Reajuste. 20. Reajustamento em sentido estrito. 21. Repactuação. 22. Revisão contratual. 23. Como instruir a solicitação de termo aditivo. 24. Como solucionar lacunas contratuais. 25. Recebimento de objeto ou fase contratual. 26. Pagamento. 27. Tributação. 28. Meios adequados de solução de conflitos. 29. Processos nos tribunais de contas. 30. Revisão judicial.

METODOLOGIA

Exposição da matéria, abordagem de casos e exercícios práticos.

CARGA HORÁRIA

24 horas/aula

PÚBLICO-ALVO

Empresas privadas interessadas em contratar com o Poder Público.

CURSO 3

SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS

LICITAÇÕES E CONTRATOS DAS EMPRESAS ESTATAIS

Licitações das empresas públicas, sociedades de economia mista e de suas subsidiárias, conforme a Lei n.º 13.303/2016

DESCRIÇÃO

Desde a edição da Lei n.º 13.303/2016, as empresas estatais observam regras próprias de licitações e contratos, razão por que a capacitação de pessoas das estatais deve ser orientada pelas características dessas entidades, ínsitas ao dinamismo de sua atuação. Por isso, este curso visa à abordagem do regime jurídico de licitações e contratos típico das estatais, ao qual se acrescentam soluções trazidas pela Lei n.º 14.133/2021 que podem contribuir para o aperfeiçoamento das rotinas de contratações dessas empresas.

EMENTA

1. Abrangência do dever de licitar. 2. Princípios da Lei n.º 13.303/2016 e seus efeitos práticos. 3. Resolução CGPAR/ME n.º 45/2022. 4. Impactos da Lei n.º 14.133/2021. 5. Procedimento de licitação. 6. Modalidade pregão. 7. Preparação da licitação. 8. Orçamento e momento de divulgação. 9. Dispensa e inexigibilidade de licitação. 10. Pré-qualificação permanente. 11. Cadastramento. 12. Sistema de registro de preços. 13. Catálogo eletrônico de padronização. 14. Credenciamento e a Lei n.º 14.133/2021. 15. PMI e principais problemas. 16. Contratação de obras e serviços de engenharia. 17. Regimes de execução contratual. 18. Especificações técnicas. 19. Prova de qualidade. 20. Mecanismos de avaliação da conformidade. 21. Projetos e cessão de direitos autorais e patrimoniais. 22. Alterações contratuais. 23. Equilíbrio econômico-financeiro. 24. Remuneração variável: possibilidades e formas de pagamento. 25. Matriz de riscos. 26. Seguros e garantias. 27. Fiscalização contratual. 28. Rescisão. 29. Forma de apuração da responsabilidade contratual. 30. Sanções.

METODOLOGIA

Exposição da matéria, abordagem de casos e exercícios práticos.

CARGA HORÁRIA

24 horas/aula

PÚBLICO-ALVO

Empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias.

CURSO 4

SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS

REGULAMENTAÇÃO DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES

Regulamentação da Lei n.º 14.133/2021

DESCRIÇÃO

A Lei n.º 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos) requer, para a eficácia de diversos de seus dispositivos, a regulamentação pelos entes federados. Embora a própria lei faculte aos Estados, Distrito Federal e Municípios a utilização de regulamentos federais, muitas vezes estes não são adequados à realidade, estrutura e recursos dos entes subnacionais. Este curso visa à formação de conhecimentos para que agentes públicos incumbidos da regulamentação da lei cumpram essa obrigação de maneira consciente e segura e, na hipótese de contratação de serviços de consultoria jurídica, possuam meios adequados para a avaliação da qualidade e recebimento dos serviços prestados.

EMENTA

1. Panorama das licitações nos entes federados. 2. Como identificar as normas legais passíveis de regulamentação. 3. Autoridades competentes para o exercício do poder regulamentar. 4. Hierarquia e integração dos regulamentos. 5. Como identificar, mapear e melhorar os processos licitatórios para regulamentação. 6. Consideração dos fatores socioeconômicos e ambientais na elaboração dos regulamentos. 7. Como contemplar as políticas públicas nos regulamentos. 8. Análise de conveniência e oportunidade para aplicação de regulamentos federais. 9. Identificação de pontos críticos e linhas de priorização. 10. Responsabilidades da autoridade competente para decisão. 11. Contratação de serviços de consultoria e assessoramento jurídico para a elaboração de minutas de regulamentos. 12. Avaliação da qualidade e conformidade de serviços de consultoria e assessoramento jurídico para regulamentação. 13. Cuidados importantes perante os órgãos de controle.

METODOLOGIA

Exposição da matéria, abordagem de casos e exercícios práticos.

CARGA HORÁRIA

16 horas/aula

PÚBLICO-ALVO

Órgãos e entidades da Administração Pública em todos os níveis federativos.

CURSO 5

SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Elaboração de Estudos conforme a Lei n.º 14.133/2021

DESCRIÇÃO

A Lei n.º 14.133/2021 confere ênfase à etapa de planejamento das contratações públicas, mediante instrumentos legais obrigatórios para a realização de licitações públicas ou procedimentos de contratação direta. O Estudo Técnico Preliminar (ETP) é obrigatório para todas as contratações, qualquer que seja a modalidade de licitação e a especificação do objeto, salvo raras exceções. A capacitação tem por propósito oferecer conhecimentos teóricos e desenvolver habilidades práticas para que os capacitandos, ao fim do curso, sejam plenamente qualificados para a elaboração do ETP, seja para aquisição de bens, seja para a contratação de obras e serviços.

EMENTA

1. Estudos no ordenamento jurídico das contratações. 2. Instrumentos correlatos. 3. Inovação da Lei n.º 14.133/2021. 4. Governança das contratações. 5. Planejamento. 6. Competências. 7. Deveres. 8. Responsabilidades. 9. Gestão de riscos. 10. Análise de riscos. 12. Identificação, análise, avaliação, tratamento e monitoramento de riscos. 13. Aplicabilidade da ISO 31000 é obrigatória? 14. Matriz de riscos. 15. Elegibilidade, alocação e dimensionamento de riscos. 16. Aplicabilidade e objetivo do ETP. 17. Responsáveis pela elaboração. 18. Hipóteses de obrigatoriedade e facultatividade do ETP. 19. Publicidade e sigilo. 20. Conteúdo. 21. Especificações técnicas. 22. Elementos mínimos. 23. Exame crítico da sustentabilidade. 24. Ciclo de vida. 25. Mutabilidade. 26. Responsabilidades por ausência ou erros. 27. Parâmetros de escolha e controle.

METODOLOGIA

Exposição da matéria e realização de oficina prática de contratações críticas para o órgão ou entidade da Administração.

CARGA HORÁRIA

16 horas/aula

PÚBLICO-ALVO

Órgãos e entidades da Administração Pública em todos os níveis federativos.

CURSO 6

SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS

**PROCEDIMENTOS AUXILIARES
EM CONTRATAÇÕES PÚBLICAS**

Estudo e aplicabilidade prática dos procedimentos auxiliares previstos na Lei n.º 14.133/2021

DESCRIÇÃO

A Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei n.º 14.133/2021) contém capítulo específico em que discriminados procedimentos auxiliares das licitações e contratações regidas pela lei, conferindo-lhes disciplina própria. As inovações regulatórias trazidas pela lei possibilitam o aperfeiçoamento e otimização das contratações públicas, reduzindo-se custos administrativos e incrementando-se a eficiência, celeridade e resultados dos procedimentos de contratação.

EMENTA

1. Disciplina geral dos procedimentos auxiliares das licitações e contratações. 2. Credenciamento. 2.1. Contratação paralela e não excludente. 2.2. Seleção a critério de terceiros. 2.3. Contratações em mercados fluidos. 2.4. Espectro de oportunidades para a eficiência do credenciamento. 3. Pré-qualificação. 3.1. Seleção objetiva. 3.2. Seleção subjetiva. 3.3. Aplicação de mecanismos de avaliação da conformidade e acreditação no procedimento de pré-qualificação. 4. Procedimento de manifestação de interesse: experiências, perspectivas e viabilidade. 5. Sistema de registro de preços. 5.1. Uso do registro de preços para a centralização de compras públicas. 5.2. Análise de custos de produção e rendimentos de escala no dimensionamento da ata de registro de preços. 6. Registro cadastral. 6.1. Classificação em categorias. 6.2. Avaliação de desempenho. 7. Regulamentação dos procedimentos auxiliares. 8. Formação de comissões e ritos administrativos.

METODOLOGIA

Exposição da matéria, abordagem de casos e exercícios práticos.

CARGA HORÁRIA

16 horas/aula

PÚBLICO-ALVO

Órgãos e entidades da Administração Pública em todos os níveis federativos.
Empresas estatais.

CURSO 7

SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS

CONTRATAÇÃO DIRETA**DISPENSA E INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**

Procedimento de contratação direta conforme a Lei n.º 14.133/2021

DESCRIÇÃO

Contratações diretas, em razão de dispensa ou inexigibilidade de licitação, requerem procedimentos com elevado nível de cuidado e atenção dos gestores públicos, advogados públicos e auditores internos, a fim de não incorrem em hipóteses equivocadas de contratação que podem repercutir em responsabilização nas esferas administrativa, civil e criminal, por força do artigo 337-E do Código Penal, que tipifica como crime a conduta de admitir, possibilitar ou dar causa à contratação direta fora das hipóteses previstas em lei. Com o advento da Lei n.º 14.133/2021, o conhecimento e atualização sobre a matéria é de primordial importância, sobretudo quando considerada a quantidade de contratações por dispensa e inexigibilidade de licitação praticadas rotineiramente pela Administração Pública.

EMENTA

1. Contratação direta: semelhanças e diferenças cruciais entre dispensa e inexigibilidade de licitação. 2. Alterações normativas promovidas pela Lei n.º 14.133/2021. 3. Hipóteses de dispensa de licitação. 4. Hipóteses de inexigibilidade de licitação. 5. Pressupostos e cuidados para a instrução processual. 6. Atestação das razões técnicas e jurídicas. 7. Pesquisa de preços. 8. Exame de razoabilidade do preço praticado em caso de inexigibilidade. 9. Técnicas de mitigação da assimetria de informações. 10. Documento de formalização de demanda. 11. Estudo Técnico Preliminar. 12. Motivação. 13. Requisitos de habilitação e qualificação. 14. Razão da escolha do contratado. 15. Justificativa do preço. 16. Autorização da autoridade competente. 17. Cuidados na elaboração do parecer jurídico. 18. Pontos de controle. 19. Regulamentação da matéria. 20. (in)conveniência do “preguinho”. 21. Forma eletrônica do procedimento. 22. Divulgação. 23. Contratação direta indevida. 24. Esferas de responsabilidade dos agentes públicos e privados.

METODOLOGIA

Exposição da matéria, abordagem de casos e exercícios práticos.

CARGA HORÁRIA

16 horas/aula

PÚBLICO-ALVO

Órgãos e entidades da Administração Pública em todos os níveis federativos.

Empresas estatais.

CURSO 8

SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS

**CONSULTORIA E ASSESSORAMENTO
JURÍDICO****EM LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS**
Aperfeiçoamento de advogados públicos, conforme a Lei n.º 14.133/2021**DESCRIÇÃO**

O curso aborda as inovações em matéria de licitações e contratos administrativos, advindas com a Lei n.º 14.133/2021, e trata dos conteúdos essenciais para as funções de consultoria e assessoramento realizadas por advogados públicos e profissionais de assessoria jurídica, com ênfase para as obrigações determinadas pela nova lei, cuidados na elaboração de parecer, deveres e responsabilidades do parecerista e representação judicial.

EMENTA

1. As funções de consultoria e assessoramento jurídico à luz da Lei n.º 14.133/2021 e da LINDB. 2. Requisitos para a nomeação de assessor jurídico. 3. Parecer. 3.1. Natureza jurídica e tipologias. 3.2. Competência para edição. 3.3. Efeitos do parecer. 3.4. Forma legal. 3.5. Redesenho do parecer conforme a Lei n.º 14.133/2021. 4. Responsabilidade do parecerista. 5. Assessoramento jurídico e meios para sua realização. 6. Estruturação da área de assessoria jurídica. 7. Questões afetas ao excesso de demanda e meios para a otimização dos trabalhos. 8. Subsídios das áreas técnicas. 9. Pontos de atenção no exame de procedimentos licitatórios e de contratação direta. 10. Exame de minutas e termos aditivos contratuais. 11. Meios alternativos de solução de conflitos. 12. Representação judicial e perante órgãos de controle.

METODOLOGIA

Exposição da matéria, abordagem de casos e exercícios práticos.

CARGA HORÁRIA

16 horas/aula

PÚBLICO-ALVO

Advogados públicos e assessores jurídicos em todos os níveis federativos.
Advogados de empresas estatais.

CURSO 9

SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS

CONSULTORIA E ASSESSORAMENTO JURÍDICO PARA EMPRESAS**LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS**

Aperfeiçoamento de advogados que assessoram empresas licitantes

DESCRIÇÃO

O curso aborda as inovações em matéria de licitações e contratos administrativos, advindas com a Lei n.º 14.133/2021, e trata dos conteúdos essenciais para as funções de consultoria jurídica, assessoramento e representação administrativa e judicial desempenhadas por advogados de empresas licitantes ou contratadas pela Administração Pública.

EMENTA

1. O trabalho do advogado da empresa licitante ou contratada. 2. Inovações cruciais advindas com a Lei n.º 14.133/2021. 3. Análise de risco da licitação e do contrato. 4. Decisão de participar da licitação ou realizar contratação direta. 5. Impugnação do edital. 6. Análise da matriz de riscos. 7. Assessoramento na elaboração da proposta. 8. Monitoramento e controle da licitação. 9. Requisitos de habilitação e qualificação técnica. 10. Interposição de recurso. 11. Assessoramento durante a execução contratual. 12. Proteção dos direitos da empresa. 13. Defesa contra abusos da Administração. 14. Formulação de pedido de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato. 15. Exame de alterações contratuais unilaterais ou consensuais. 16. Inadimplemento contratual: meios de atuação do advogado. 17. Nulidades na licitação ou contrato: a nova Teoria das Nulidades. 18. Meios adequados de solução de conflitos. 19. Representação perante órgãos de controle. 19. Representação judicial. 20. Prerrogativas e responsabilidades do advogado.

METODOLOGIA

Exposição da matéria, abordagem de casos e exercícios práticos.

CARGA HORÁRIA

16 horas/aula

PÚBLICO-ALVO

Advogados de empresas licitantes ou contratadas pela Administração Pública.

CURSO 10

SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS

FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS

Capacitação de gestores e fiscais de contratos administrativos, conforme a Lei n.º 14.133/2021

DESCRIÇÃO

O curso visa à capacitação de gestores e fiscais de contratos administrativos a fim de incrementar conhecimentos e habilidades para o desempenho satisfatório de suas atribuições, assegurar os resultados pretendidos pela Administração, exercendo-se corretamente as prerrogativas legais e contratuais da Administração Pública, respeitando-se os direitos das empresas contratadas, evitando-se o risco de responsabilização de agentes públicos por falhas evitáveis.

EMENTA

1. Gestão e fiscalização do contrato: semelhanças, diferenças e relações. 2. Modelo de gestão do contrato. 3. Designação de gestores e fiscais de contratos: prerrogativas e limites da autoridade competente. 4. Requisitos legais para a atuação de gestores e fiscais de contrato. 5. Habilitações técnicas específicas de fiscais de contratos. 6. Deveres da fiscalização. 7. Documentação. 8. Informação. 9. Atestações. 10. Diligências. 11. Recebimento provisório e definitivo. 12. Processamento dos instrumentos de cobrança. 13. Assessoramento do Controle Interno e do órgão jurídico. 14. Solução de casos omissos na lei e no contrato. 15. Poderes e limites da fiscalização. 16. Discordância entre fiscais de contratos. 17. Auxílio à fiscalização por terceiros contratados. 18. Situações que requerem conhecimentos técnicos especializados. 19. Dificuldades inerentes à sobrecarga de trabalho: como se proteger. 20. Responsabilidades dos gestores e fiscais de contratos. 21. Cuidados perante os órgãos de controle.

METODOLOGIA

Exposição da matéria e abordagem de casos.

CARGA HORÁRIA

24 horas/aula

PÚBLICO-ALVO

Gestores e fiscais de contratos da Administração Pública em todos os níveis federativos.

CURSO 11

SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS

PROCESSO DE PADRONIZAÇÃO

Processo de padronização conforme a Lei n.º 14.133/2021

DESCRIÇÃO

O processo de padronização é o meio legal para que a Administração Pública realize a escolha de marcas ou modelos em determinada contratação. A Lei n.º 14.133/2021 disciplina requisitos para o processo de padronização, cuja inobservância pode implicar direcionamento de marca, resultando-se na responsabilização dos servidores públicos incumbidos das especificações técnicas e decisões no procedimento de licitação, contratação direta e execução do contrato. Por isso, o conhecimento das ferramentas adequadas para o processo de padronização é indispensável para a proteção dos agentes públicos e uso eficaz desse importante procedimento para a qualidade das contratações.

EMENTA

1. Compreensão do processo de padronização. 2. Diferença entre processo de padronização e catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras. 3. Designação de comissão. 4. Especificações técnicas, estéticas e de desempenho. 5. Mecanismos de avaliação da conformidade. 6. Análise de contratações anteriores. 7. Custos de aquisição, manutenção e logística. 8. Garantia técnica. 8. Interoperabilidade, adaptabilidade e segurança. 9. Harmonização de padrões técnicos. 10. Análise multicritérios. 11. Exame das alternativas possíveis. 12. Indicação de marca ou modelo. 13. Fornecedor exclusivo. 14. Matriz de decisão. 15. Parecer técnico. 16. Exame e decisão da autoridade competente. 17. Divulgação oficial. 18. Controle interno, externo e social. 19. Adesão a padronização de outro órgão ou entidade da Administração. 20. Cuidados durante o processo de padronização.

METODOLOGIA

Exposição da matéria e realização de oficina prática de contratações críticas para o órgão ou entidade da Administração.

CARGA HORÁRIA

16 horas/aula

PÚBLICO-ALVO

Órgãos e entidades da Administração Pública em todos os níveis federativos.

CURSO 12

SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS

**CERTIFICAÇÕES DE QUALIDADE
EM LICITAÇÕES E CONTRATOS**

Certificações de qualidade, segurança e ambiental em licitações, conforme a Lei n.º 14.133/2021

DESCRIÇÃO

O curso tem por propósito oferecer aos alunos o conhecimento necessário para a exigência ou recomendação de certificações e outros mecanismos de avaliação da conformidade em licitações públicas e contratos administrativos, conforme as regras contidas na Lei n.º 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), como ferramenta eficaz para a promoção da qualidade do gasto público, integridade das contratações, conservação ambiental, enfrentamento ao desperdício de recursos materiais e redução de custos administrativos.

EMENTA

1. Uso de certificações em contratações públicas. 2. Inovações da Lei n.º 14.133/2021. 3. Assimetria de informações. 4. Risco moral. 5. Seleção adversa. 6. Qualidade e segurança de produtos e serviços. 7. Nova disciplina legal sobre certificação e acreditação em contratações públicas. 8. Atecnias normativas. 9. Mecanismos de avaliação da conformidade. 10. Escolha do mecanismo adequado à necessidade. 11. Benefícios para a Administração Pública. 12. Segurança para a fiscalização do contrato. 13. Momentos procedimentais para a exigência de requisitos técnicos. 14. Critérios para a proporcionalidade do escopo eleito. 15. Métricas de controle da decisão. 16. Responsabilidades. 17. Jurisprudência do Tribunal de Contas da União. 18. Cuidados indispensáveis para os gestores públicos. 19. Cuidados para as empresas licitantes.

METODOLOGIA

Exposição da matéria, abordagem de casos e exercícios práticos.

CARGA HORÁRIA

24 horas/aula

PÚBLICO-ALVO

Órgãos e entidades da Administração Pública em todos os níveis federativos.
Empresas estatais.
Empresas interessadas em contratar com o Poder Público.

CURSO 13

SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS

COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS

Estudo e aplicação de parâmetros de sustentabilidade nas contratações públicas, conforme a Lei n.º 14.133/2021

DESCRIÇÃO

A Lei n.º 14.133/2021, na esteira da evolução normativa brasileira dirigida à promoção do desenvolvimento sustentável, estimula as boas práticas da Administração Pública a fim de que, por meio do poder de compra do Estado, a produção, distribuição, circulação e consumo de bens e prestação de serviços em território nacional respeite fundamentos de sustentabilidade. A sustentabilidade das compras públicas traduz-se em benefícios socioeconômicos e ambientais para o país e economia de recursos para o Estado, mediante a implementação prática do conteúdo trabalhado neste curso.

EMENTA

1. Defesa do meio ambiente e possibilidade de tratamento diferenciado como princípio constitucional geral da atividade econômica. 2. Desenvolvimento nacional sustentável como princípio das contratações públicas. 3. Agenda 2030 e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. 4. Tripé da Sustentabilidade. 5. Estudo Técnico Preliminar. 6. Análise da necessidade e alternativas possíveis. 7. Análise e gestão de riscos. 8. Especificações técnicas. 9. Mecanismos de avaliação da conformidade. 10. Certificações e rotulagens ambientais. 11. Ciclo de vida. 12. Plano de logística sustentável. 13. Compras compartilhadas. 14. Sistema de Registro de Preços. 15. Pré-qualificação. 16. Padronização. 17. Incentivo à inovação. 18. Redução de consumo. 19. Margem de preferência para bens reciclados, recicláveis ou biodegradáveis. 20. Inclusão de custos decorrentes dos impactos ambientais na precificação do objeto. 21. Exame de proporcionalidade entre critérios ambientais, econômicos e sociais. 22. Aplicação da norma ABNT PR 2030:2022 - Ambiental, social e governança (ESG). 23. Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P). 24. Regulamentação de procedimentos administrativos. 25. Dimensionamento do grau de eficiência da contratação.

METODOLOGIA

Exposição da matéria, abordagem de casos e exercícios práticos.

CARGA HORÁRIA

24 horas/aula

PÚBLICO-ALVO

Órgãos e entidades da Administração Pública em todos os níveis federativos.
Empresas estatais.

CURSO 14

SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS

COMPRAS PÚBLICAS CENTRALIZADAS

Estudo e aplicação de parâmetros de centralização das contratações públicas, conforme a Lei n.º 14.133/2021

DESCRIÇÃO

A centralização de compras públicas, tradicionalmente recomendada como meio de eficiência das contratações, assume novos contornos a partir da edição da Lei n.º 14.133/2021, que determina a centralização dos procedimentos de aquisição e contratação de bens e serviços como sistemática preferencial por ser adotada nas rotinas da Administração. São muitos os benefícios da centralização de contratações, em termos de economicidade, otimização de pessoal e redução de custos administrativos, consoante o conteúdo por ser explorado neste curso.

EMENTA

1. Introdução à centralização das contratações. 2. Instrumentos para a centralização dos procedimentos de aquisição e contratação de bens e serviços. 3. Catálogo eletrônico de padronização. 4. Organização das rotinas administrativas. 5. Fluxo de trabalho entre área demandante e área de contratações. 6. Especificações técnicas. 7. Critérios de sustentabilidade. 8. Mecanismos de avaliação da conformidade. 9. Ciclo de vida. 10. Padrões técnicos, estéticos, operacionais e de manutenção. 11. Plano de logística sustentável. 12. Sistema de Registro de Preços. 13. Pré-qualificação. 14. Credenciamento. 15. Incentivo à inovação. 16. Processo de padronização. 17. Redução de consumo. 18. Gestão de material e patrimônio. 19. Rendimentos de escala. 20. Estimativa e previsão de custos. 21. Substitutibilidade. 22. Ajustes de riscos. 23. Modelos de formação de preços. 24. Poder de mercado. 25. Informações incompletas. 26. Externalidades. 27. Estímulo à competitividade. 28. Promoção de políticas públicas de desenvolvimento. 29. Regulamentação das atribuições administrativas. 30. Monitoração, controle e melhoria. 31. Experiência da Central de Compras do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

METODOLOGIA

Exposição da matéria, abordagem de casos e exercícios práticos.

CARGA HORÁRIA

24 horas/aula

PÚBLICO-ALVO

Órgãos e entidades da Administração Pública em todos os níveis federativos.

CURSO 15

SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS

MATRIZ DE RISCOS DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

Elaboração de Matriz de Riscos conforme a Lei n.º 14.133/2021

DESCRIÇÃO

A matriz de riscos é importante instrumento para o ajuste dos riscos à execução contratual e seus efeitos, a fim de promover segurança jurídica para as partes, minimizando-se as probabilidades de conflitos administrativos e judiciais. Amplamente utilizada em contratos de concessão de serviços públicos, a matriz de riscos atualmente é, por força da Lei n.º 14.133/2021, obrigatória em todos os contratos administrativos de obras e serviços de grande vulto e contratos em que adotados os regimes de contratação integrada e semi-integrada. Em outros contratos administrativos, a matriz de riscos pode ser muito útil para evitar sequenciais termos aditivos e discussões sobre responsabilidades contratuais.

EMENTA

1. Análise de riscos, gestão de riscos e matriz de riscos: compreendendo suas semelhanças e diferenças. 2. Análise dos riscos da licitação e do contrato. 3. Documentação no Estudo Técnico Preliminar. 4. Gestão de riscos: identificação, análise, avaliação e tratamento de riscos. 5. Plano de tratamento de riscos: monitoramento, análise crítica, registro e relato. 6. Matriz de riscos. 7. Distinção entre riscos e incertezas. 8. Técnica de mensurabilidade. 9. Limitação da responsabilidade pelos riscos. 10. Comunicação de circunstâncias especiais e limites da responsabilidade por danos. 11. Alocação de riscos. 12. Métodos de avaliação qualitativa e quantitativa dos riscos. 13. Seguros de risco de engenharia. 14. Performance bonds. 15. Instrumentos de hedge. 16. Seguros de responsabilidade civil. 17. Alterações contratuais. 18. Reequilíbrio econômico-financeiro do contrato. 18. Regulamentação do método de identificação, alocação e quantificação financeira. 19. Discussão da cláusula de riscos em arbitragem: histórico e tendências. 20. Elaboração de matriz de riscos.

METODOLOGIA

Exposição da matéria, abordagem de casos e exercícios práticos.

CARGA HORÁRIA

20 horas/aula

PÚBLICO-ALVO

Órgãos e entidades da Administração Pública em todos os níveis federativos. Empresas públicas.

CURSO 16

SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS

PLANEJAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

Planejamento da contratação, gestão e fiscalização do contrato conforme a Lei n.º 14.133/2021

DESCRIÇÃO

O curso visa à capacitação de profissionais envolvidos no planejamento, gestão e fiscalização de obras públicas, de acordo com as regras da Lei n.º 14.133/2021, com o objetivo de propiciar a contratação eficaz, satisfazer os resultados pretendidos pela Administração, evitar conflitos administrativos e judiciais e a responsabilização de agentes públicos e privados pela ocorrência de falhas que poderiam ser evitadas mediante o domínio do conteúdo trabalhado no curso.

EMENTA

1. Atores envolvidos nos procedimentos de contratação e fiscalização. 2. Definição da necessidade da contratação. 3. Estudo Técnico Preliminar. 4. Mecanismos de avaliação da conformidade. 5. Modelagem da Informação da Construção (*Building Information Modelling - BIM*). 6. Pontos de atenção na licitação. 7. Configuração da fiscalização. 8. Conhecimentos necessários, providências iniciais e atribuições da comissão de fiscalização. 9. Poderes e limites da fiscalização. 10. Seguros e garantias. 11. Cuidados nas atividades de fiscalização. 12. Atestações de conformidade. 13. Documentação. 14. Alterações contratuais. 15. Manutenção do equilíbrio econômico-financeiro. 16. Principais erros. 17. Recebimento da obra. 18. Projeto "as built". 19. Nulidades contratuais. 20. Conflitos entre Administração e contratada. 21. Meios adequados de solução de conflitos. 22. Responsabilidade administrativa, civil e criminal dos atores envolvidos. 23. Questões importantes sobre controle externo.

METODOLOGIA

Exposição da matéria, abordagem de casos e exercícios práticos.

CARGA HORÁRIA

24 horas/aula

PÚBLICO-ALVO

Órgãos e entidades da Administração Pública em todos os níveis federativos.

Empresas de construção civil e serviços de engenharia que contratam com o Poder Público.

CURSO 17

SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS

INSPEÇÃO ACREDITADA DE EMPREENDIMENTOS DE INFRAESTRUTURA

Aplicação da inspeção acreditada de projetos e obras públicas realizadas mediante empreitada, contratação integrada, contratação semi-integrada, concessão ou Parceria Público-Privada (PPP)

DESCRIÇÃO

A inspeção acreditada ganhou notoriedade desde a celebração do Acordo de Cooperação Técnica n.º 8/2017, entre a Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos do Ministério da Economia e o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia, iniciativa da qual resultou a edição do Regulamento para Inspeção Acreditada de Empreendimentos de Infraestrutura, propiciando-se o uso desse mecanismo para a fiscalização de obras, principalmente aquelas mais onerosas ou de maior complexidade técnica, diminuindo-se os riscos e encargos da fiscalização contratual.

EMENTA

1. Fiscalização de empreendimentos de infraestrutura. 2. Inspeção de projetos e obras. 3. Acreditação de organismo de inspeção. 4. Tipos de organismos de inspeção. 5. Escopos e subescopos de inspeção. 6. Critérios gerais de inspeção. 7. Nível de projeto. 8. Estudos. 9. Aspectos técnicos e socioambientais. 10. Mapeamento dos riscos. 11. Cronograma. 12. Segurança do trabalho. 13. Orçamento. 14. Licença ambiental. 15. Condicionantes socioambientais. 16. Plano de inspeção. 17. Desvios de execução. 18. Medições. 19. Pagamentos. 20. Desapropriações. 21. Fluxo de caixa. 22. Apólices. 23. Controle da qualidade dos serviços e fornecimentos. 24. Visitas ao campo. 25. Parâmetros de desempenho. 26. Comparação de dados. 27. Não conformidades. 28. Atestação. 29. Seguro de responsabilidade civil. 30. Diminuição do fardo de fiscalização contratual. 31. Contrato de inspeção. 32. Definição de requisitos. 32. Responsabilidades do organismo de inspeção. 33. Responsabilidades dos fiscais de contrato.

METODOLOGIA

Exposição da matéria, abordagem de casos e exercícios práticos.

CARGA HORÁRIA

24 horas/aula

PÚBLICO-ALVO

Órgãos e entidades da Administração Pública que contratam a realização de projetos e obras de infraestrutura.

Empresas estatais.

Escritórios de projetos e empresas de construção civil.

CURSO 18

SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS

CONTRATAÇÃO DE PRODUTOS E SERVIÇOS DE DEFESA E SEGURANÇA

Termo de Licitação Especial e outras providências para os procedimentos de licitação ou contratação direta na área de defesa e segurança pública

DESCRIÇÃO

A contratação de produtos e serviços de defesa e segurança observa aspectos técnicos e jurídicos peculiares, em razão da especificidade das contratações e suas finalidades, e das leis e regulamentos aplicáveis aos procedimentos licitatórios. O Termo de Licitação Especial, até pouco tempo restrito às Forças Armadas, desde dezembro de 2022 estende-se aos Estados, Distrito Federal e Municípios, requerendo-se dos órgãos de segurança dos entes subnacionais o conhecimento da matéria abordada neste curso para a adequada instrução processual e êxito da contratação.

EMENTA

1. Defesa e Segurança: diferenças e semelhanças. 2. Especificidade das contratações. 3. Produtos de defesa e segurança. 4. Credenciamento e descredenciamento de empresas estratégicas de defesa. 5. Inovação. 6. Plano de compensação. 7. Instituição Científica e Tecnológica. 8. Elaboração do edital. 9. Participação restrita a empresas estratégicas de defesa. 10. Continuidade produtiva. 11. Transferência de direitos de propriedade intelectual ou industrial. 12. Capacitação de terceiros. 13. Estudo Técnico Preliminar. 14. Termo de Licitação Especial. 15. Projetos. 16. Termo de Referência. 17. Especificações técnicas. 18. Certificações. 19. Procedimento licitatório. 20. Pré-qualificação. 21. Sistema de registro de preços. 22. Diálogo competitivo. 23. Contratação direta: dispensa e inexigibilidade de licitação. 24. Armas e munições. 25. Veículos terrestres, aeronaves, embarcações, drones. 26. Acessórios: capacetes, escudos, óculos, câmeras, lanternas, coldres e equipamentos. 27. Uniformes. 28. Blindagens. 29. Explosivos. 30. Equipamentos anti-tumulto. 31. Alimentos. 32. Unidades caninas. 33. Serviços de apoio e manutenção. 34. Projetos especiais.

METODOLOGIA

Exposição da matéria, abordagem de casos e exercícios práticos.

CARGA HORÁRIA

24 horas/aula

PÚBLICO-ALVO

Ministério da Defesa. Forças Armadas.
Polícia Federal. Polícia Rodoviária Federal. Polícia Ferroviária Federal.
Secretarias de Segurança Pública. Polícias Militares. Corpos de Bombeiros Militares.
Secretarias de Administração Penitenciária. Polícias Penais.
Secretarias Municipais de Segurança Pública. Guardas Municipais.
Polícias Legislativas. Órgãos de segurança do Poder Judiciário.

CURSO 19

SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS

MODELAGEM TÉCNICA E ECONÔMICA DE CONCESSÕES E PPPS

Estruturação de concessões e PPPs

DESCRIÇÃO

O curso aborda conhecimentos para a modelagem técnica e econômica de concessões e parcerias público-privadas (PPPs), de acordo com as regras da Lei n.º 8.987/1995 e da Lei n.º 11.079/2004, normas que regem o fomento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e as boas práticas recomendadas pelo Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

EMENTA

1. Concessões e PPPs: semelhanças e diferenças determinantes. 2. Teoria econômica e PPPs. 3. Seleção, regulação e incentivos. 4. *Project finance*. 4.1. Distribuição de responsabilidades e riscos 4.2. Estrutura de financiamento. 5. Mecanismos de remuneração. 6. Valor do dinheiro no tempo. 7. Custo de capital. 7.1. WACC e CAPM. 7.2. Obrigações: *yields* e *duration*. 7.3. Taxas de desconto usadas nas PPPs. 8. Projetos de investimento. 9. Estudos de viabilidade. 10. Decisão sobre o tipo de financiamento: *Value for money*. 11. Seleção dos modelos de aquisição. 12. Análise qualitativa. 13. Análise quantitativa. 14. Estimativa de custo do projeto. 15. Taxa de desconto de custos do projeto. 16. Impacto fiscal das PPPs. 17. Equilíbrio econômico-financeiro. 14. Matriz de riscos. 15. Frustração de receita. 16. WACC regulatório. 17. Regime de garantias: garantias do parceiro público e garantias do parceiro privado. 18. Fiscalização. 19. Plano de negócios. 20. Indicadores de desempenho. 21. Avaliação da conformidade.

METODOLOGIA

Exposição da matéria e abordagem de casos concretos. Demonstrações em *Excel* e/ou *Python* para auxiliar o entendimento e fixação de conceitos.

CARGA HORÁRIA

24 horas/aula

PÚBLICO-ALVO

Escritórios de parcerias estratégicas da União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Agências reguladoras de infraestrutura e serviços públicos. Tribunais de Contas e Ministério Público de Contas.

CURSO 20

SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS

AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE DE CONCESSÕES E PPPS

Técnicas de avaliação da conformidade de execução de obrigações contratuais, requisitos técnicos e parâmetros de desempenho em contratos de concessões e parcerias público-privadas (PPPs)

DESCRIÇÃO

Contratos de concessão de serviços públicos ou de obras públicas mediante concessão comum ou parceria público-privada contêm obrigações extensas, complexas e continuadas, que requerem elevado esforço de fiscalização, demandando-se da Administração Pública o emprego de técnicas inteligentes e otimizadas para o acompanhamento e atestação das atividades desempenhadas pelo parceiro privado, com vistas à redução de custos administrativos.

EMENTA

1. Cláusulas técnicas e econômicas de contratos de concessões e PPPs. 2. Aprovação de projetos e orçamentos. 3. Recebimento de obras. 4. Avaliação de parâmetros de conservação, reforma, ampliação e melhoramento. 5. Avaliação de parâmetros prestacionais de serviços. 6. Avaliação direta e indireta de requisitos técnicos. 7. Gerenciamento de obras. 8. Supervisão de obras e serviços. 9. Mecanismos de avaliação da conformidade. 10. Ensaios. 11. Certificações. 12. Sistemas de gestão. 13. Tipos de inspeção de empreendimentos de infraestrutura. 14. Verificador independente. 15. Contratação, pagamento e controle de organismos independentes e de empresas de auxílio à fiscalização. 16. Avaliação de parâmetros de desempenho de serviços. 17. Definição de nível de serviço. 18. Seleção de elementos de fiscalização e controle adequados ao objeto. 19. Técnicas de identificação, análise e mensurabilidade de dados coletados. 20. Documentação e relatórios. 21. Cuidados indispensáveis para os fiscais de contratos. 22. Controle externo. 23. Jurisprudência sobre o tema.

METODOLOGIA

Exposição da matéria, abordagem de casos e exercícios práticos.

CARGA HORÁRIA

21 horas/aula

PÚBLICO-ALVO

Agências reguladoras de infraestrutura e serviços públicos.

Escritórios de projetos e parcerias estratégicas.

Órgãos da Advocacia Pública.

Tribunais de Contas.

Ministério Público de Contas.

CURSO 21

SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS

ESTRUTURAÇÃO DE CONCESSÕES E PPPS DE SANEAMENTO BÁSICO

Estruturação de projetos e modelagem contratual para a prestação de serviços de saneamento básico

DESCRIÇÃO

O Novo Marco Legal do Saneamento, formado a partir da reestruturação promovida pela Lei n.º 14.026/2020, define as competências para a regulação e prestação dos serviços de saneamento básico e determina metas e prazos para sua universalização até o ano de 2033, requerendo-se das autoridades públicas responsáveis providências para a adequada prestação dos serviços, para o que a correta modelagem de concessões e PPPs é medida essencial.

EMENTA

1. Saneamento básico. 2. Abastecimento de água potável. 3. Esgotamento sanitário. 4. Limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos. 5. Drenagem e manejo das águas pluviais urbanas. 6. Política Nacional de Recursos Hídricos. 7. Regulação dos serviços públicos de saneamento básico. 8. Competências da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico. 9. Modelagem das concessões e PPPs de saneamento básico. 10. Preparação da licitação: estudos, projetos, riscos e obrigações contratuais. 11. Padrões de qualidade e eficiência. 12. Regulação tarifária. 13. Metas de universalização. 14. Contabilidade regulatória. 15. Controle de perdas. 16. Indenização de investimentos não amortizados. 17. Sistema de reúso de efluentes. 18. Sistemas de tratamento de efluentes sanitários. 19. Análise, gestão e matriz de riscos. 20. Avaliação da conformidade da execução contratual. 21. Metas e indicadores. 22. Gestão associada de serviços de saneamento básico. 23. Consórcios intermunicipais. 24. 25. Prestação direta de parcela remanescente. 26. Licitação complementar. 27. Aditamento de contrato. 28. Equilíbrio econômico-financeiro. 29. Alcance da meta de universalização dos serviços até o ano de 2033. 30. Responsabilidades dos agentes políticos e servidores públicos. 31. Controle externo.

METODOLOGIA

Exposição da matéria, abordagem de casos e exercícios práticos.

CARGA HORÁRIA

24 horas/aula

PÚBLICO-ALVO

Agências reguladoras de serviços de saneamento básico.

Municípios e consórcios intermunicipais de serviços de saneamento básico.

Escritórios de projetos e parcerias estratégicas.

CURSO 22

SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS

MEIOS ADEQUADOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

Emprego de conciliação, mediação, arbitragem e *dispute board* na solução de conflitos contratuais que envolvem a Administração Pública

DESCRIÇÃO

Atualmente, o uso de meios adequados de solução de conflitos pela Administração Pública é incentivado mediante regra explícita do artigo 51 da Lei n.º 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), com vistas à redução da judicialização de casos que envolvem a execução de contratos administrativos. O emprego dessas cláusulas contratuais e instrumentalização prática dessas formas de composição de conflitos, porém, requer a formação de conhecimentos e habilidades por serem exploradas neste curso.

EMENTA

1. Obrigações contratuais. 2. Mutabilidade contratual no espaço e no tempo. 3. Incompletude contratual. 4. Instauração de lides sobre contratos administrativos. 5. Meios adequados de solução de conflitos. 6. Câmaras administrativas de solução de conflitos. 7. Conciliação. 8. Mediação. 9. *Dispute Board*. 10. Arbitragem. 11. Cláusula escalonada de arbitragem. 12. Contratação de árbitros, mediadores e membros de *dispute boards*. 13. Escolha das câmaras arbitrais. 14. Poderes e limites das câmaras arbitrais. 15. Execução de acordos pretéritos. 16. Instrução processual. 17. Perícias e outros meios de produção de provas. 18. Decisões e seus efeitos. 19. Liquidação da sentença arbitral. 20. Dinâmica de custeio. 21. Compartilhamento de despesas. 22. Incentivos de cooperação. 23. Confidencialidade e publicidade de informações. 24. Definição de cláusula arbitral e instrumentos similares. 25. Limites dos meios de solução de conflitos em contratações públicas. 26. Aditamento de contratos administrativos para adoção de meios de solução de conflitos. 27. Aplicação em contratos de concessões e PPPs. 28. Regulamentação da matéria pelo órgão ou entidade pública. 29. Atuação da Advocacia Pública. 30. Controle pelo Ministério Público. 31. Controle pelo Tribunal de Contas. 32. Controle judicial.

METODOLOGIA

Exposição da matéria, abordagem de casos e exercícios práticos.

CARGA HORÁRIA

16 horas/aula

PÚBLICO-ALVO

Órgãos e entidades da Administração Pública em todos os níveis federativos. Procuradorias da União, Distrito Federal, Estados e Municípios.

CURSO 23

SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS

PROCESSO DE APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE CONTRATUAL

Instrução e decisão em processo administrativo sancionador decorrente de inadimplemento ou fraude na execução contratual

DESCRIÇÃO

A aplicação de sanções no âmbito de contratos administrativos requer adequada apuração dos fatos e razões para o inadimplemento, como pressuposto indissociável do devido processo legal, sob pena de nulidade do ato sancionatório e responsabilização dos agentes públicos que lhe derem causa. Este curso trata da instauração e instrução processual para a aplicação de penalidades contratuais, quando presentes evidências de descumprimento das obrigações legais e contratuais pela pessoa física ou jurídica contratada pelo Poder Público.

EMENTA

1. Execução de contrato administrativo. 2. Obrigações principais e acessórias. 3. Descumprimento contratual. 4. Papel do gestor e do fiscal de contrato. 5. Inexecução. 6. Inadimplemento. 7. Mora. 8. Inexecução culposa. 9. Inexecução sem culpa. 10. Exceção do contrato não cumprido. 11. Teoria da Imprevisão. 12. Fato do príncipe. 13. Fato da administração. 14. Caso fortuito e força maior. 15. Extinção do contrato por impossibilidade fática. 16. Decisão judicial que afete a obrigação contratual. 17. Formação da comissão de apuração de responsabilidade contratual. 18. Instrução processual. 19. Meios de prova. 20. Direitos constitucionais do contratado. 21. Relatório. 22. Inexecução. 23. Fraude. 24. Evidências de crimes. 25. Arquivamento. 26. Sanções. 27. Advertência. 28. Multa: dosimetria, desconto de garantia e cobrança judicial. 29. Impedimento de licitar e contratar. 30. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar. 31. Atos tipificados na Lei Anticorrupção. 32. Cumulatividade de sanções. 33. Reparação do dano. 34. Exame de proporcionalidade. 35. Recursos. 36. Prescrição. 37. Acordo de leniência. 38. Programa de integridade. 39. Reabilitação. 40. Atuação da Advocacia Pública. 41. Sanção por Tribunal de Contas. 42. Revisão judicial.

METODOLOGIA

Exposição da matéria, abordagem de casos e exercícios práticos.

CARGA HORÁRIA

16 horas/aula

PÚBLICO-ALVO

Órgãos e entidades da Administração Pública em todos os níveis federativos. Advogados de empresas contratadas pela Administração Pública.

CURSO 24

SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO

Processo administrativo sancionador pela prática de ato de pessoa jurídica tipificado na Lei Anticorrupção

DESCRIÇÃO

A Lei n.º 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e contempla diversos atos lesivos no tocante a licitações e contratos. Por isso, órgãos e entidades públicas que realizam contratações devem ter conhecimento do Processo Administrativo de Responsabilização, cuja instauração é obrigatória nos casos especificados pela lei, segundo os conhecimentos e habilidades explorados neste curso.

EMENTA

1. Atos lesivos contra a Administração Pública. 2. Atos lesivos no tocante a licitações e contratos. 3. Ciência do ato lesivo. 4. Papel dos gestores e fiscais de contratos. 5. Juízo de admissibilidade. 6. Pessoas jurídicas abrangidas. 7. Responsabilidade de dirigentes e administradores. 8. Competência para instauração e julgamento do processo administrativo. 9. Formação da comissão processante. 10. Instrução. 11. Meios de prova. 12. Medidas judiciais, inclusive busca e apreensão. 13. Imputação. 14. Defesa. 15. Relatório. 16. Julgamento. 17. Multa. 17.1. Base de cálculo. 17.2. Alíquota. 17.3. Cálculo preliminar. 17.4. Limites mínimo e máximo. 17.5. Dosimetria. 18. Circunstâncias agravantes e atenuantes. 19. Publicação extraordinária da decisão condenatória. 20. Recursos. 21. Reparação integral do dano. 22. Inscrição do crédito apurado em dívida ativa da fazenda pública. 23. Desconsideração da personalidade jurídica. 24. Acordo de leniência. 25. Comunicação ao Ministério Público. 26. Prescrição. 27. Atuação da Advocacia Pública. 28. Sanção por Tribunal de Contas. 29. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas. 30. Cadastro Nacional de Empresas Punidas. 31. Utilização de cadastros nas distintas esferas federativas e Poderes da República.

METODOLOGIA

Exposição da matéria, abordagem de casos e exercícios práticos.

CARGA HORÁRIA

21 horas/aula

PÚBLICO-ALVO

Órgãos e entidades da Administração Pública em todos os níveis federativos.
Advogados de empresas contratadas pela Administração Pública.

CURSO 25

SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS

PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR**A VISÃO DA CORREGEDORIA E A VISÃO DA DEFESA**

Processo administrativo disciplinar, mediante abordagem prática e dialógica, com destaque para questões de licitações e contratos

DESCRIÇÃO

Este curso tem por diferencial a abordagem prática do processo administrativo disciplinar, a partir da visão das corregedorias e, de outra face, a visão da Defesa. A instrução, ministrada por profissionais de corregedorias e por advogados de defesa, confere ênfase às estratégias de atuação das partes no processo. O curso pode ser ministrado com base na Lei n.º 8.112/90 (Regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais) ou estatutos estaduais ou municipais específicos.

EMENTA

1. Esferas de responsabilização do agente público. 2. Ilícito administrativo disciplinar. 3. Denúncia, relatório de auditoria, registro de ouvidoria e outros meios de conhecimento dos fatos. 4. Dever de promoção da apuração. 5. Investigação preliminar. 6. Juízo de admissibilidade. 7. Sindicâncias: investigativa, patrimonial e acusatória. 8. Termo de Ajustamento de Conduta. 9. Instauração da lide. 10. Instrução probatória: ônus, valoração, pertinência para a apuração, poderes e limitações da comissão processante. 11. Infrações conexas. 12. Articulação com outros órgãos públicos e funções essenciais à Justiça. 13. Fontes e meios de prova. 14. Afastamento preventivo e (im)possibilidade jurídica de outras medidas cautelares. 15. Aspectos críticos do incidente de sanidade mental. 16. Quebra de sigilo bancário e telemático. 17. Indiciamento. 18. Representação ao MP e ao Tribunal de Contas. 19. Defesa escrita. 20. Relatório Final. 21. Prescrição. 22. Parecer jurídico. 23. Julgamento. 24. Reinstauração. 25. Reconsideração, recurso e revisão. 26. Estratégias de defesa em processos disciplinares. 27. Reforma da Lei n.º 8.429/92 e reflexos para o processo administrativo disciplinar. 28. Principais medidas judiciais afetas ao processo administrativo disciplinar. 29. Irregularidades em licitações e contratos administrativos com repercussão nas esferas disciplinar e criminal.

METODOLOGIA

Exposição da matéria e abordagem de casos.

CARGA HORÁRIA

16 horas/aula

PÚBLICO-ALVO

Corregedorias de órgãos e entidades públicas em todos os níveis federativos.
Conselhos de classe.
Sindicatos e associações de servidores públicos.

CURSO 26

SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS

**IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA
EM GESTÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS**

Estudo da Lei de Improbidade Administrativa com ênfase nas atividades de gestão pública e contratos administrativos

DESCRIÇÃO

As funções de gestão pública, sobretudo na área de licitações e contratos administrativos, demandam elevado nível de cuidado dos agentes públicos em relação aos tipos sancionadores tabulados na Lei n.º 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa), em vista das dificuldades e balizas legais para a satisfação de necessidades públicas, frequentemente de caráter imediato. Este curso destina-se à formação de conhecimentos essenciais com vistas a evitar a responsabilização de agentes públicos a partir do conhecimento sobre as possibilidades e limites de sua atuação.

EMENTA

1. Lei n.º 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa). 2. Representação. 3. Requisitos da petição inicial. 4. Legitimidade do Ministério Público. 5. Legitimidade da Fazenda Pública. 6. Elementos probatórios. 7. Demonstração de veracidade dos fatos. 8. Causa de pedir. 9. Tipo doloso de ato de improbidade. 10. Atos de improbidade que importam enriquecimento ilícito. 11. Atos de improbidade que causam prejuízo ao erário. 12. Atos de improbidade que atentam contra os princípios da Administração Pública. 13. Rito procedimental em ações de improbidade. 14. Natureza jurídica da ação. 15. Cautelar de indisponibilidade de bens. 16. Transformação da ação de improbidade administrativa em ação civil pública. 17. Acordo de não persecução civil. 18. Ressarcimento integral do dano. 19. Colaboração probatória. 20. Reforma promovida pela Lei n.º 14.230/2021. 21. Retroatividade. 22. Reflexos das alterações legais nos processos administrativos disciplinares. 23. Atuação dos Tribunais de Contas. 24. Imprescritibilidade da pretensão de ressarcimento ao erário em face de agentes públicos. 25. Apuração de improbidade em processos administrativos disciplinares. 26. Sanções. 27. Prescrição. 28. Cuidados imprescindíveis em contratações públicas. 29. Jurisprudência sobre a matéria.

METODOLOGIA

Exposição da matéria e abordagem de casos.

CARGA HORÁRIA

16 horas/aula

PÚBLICO-ALVO

Gestores públicos em todos os níveis federativos.
Advogados públicos e privados.

CURSO 27

SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS

COMPLIANCE
EM CONTRATAÇÕES PÚBLICASExigências e requisitos de *compliance* em contratações públicas**DESCRIÇÃO**

A legislação brasileira tem recebido significativa influência de atos internacionais voltados à governança pública, como a Convenção Interamericana contra a Corrupção e a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção. No âmbito das licitações e contratos, a Lei n.º 14.133/2021 contém diversos requisitos diretamente ligados à exigência de programas de *compliance* de empresas contratadas pela Administração, o que requer dos agentes públicos atribuídos dessas atividades o suficiente domínio da matéria explorada neste curso.

EMENTA

1. Lei n.º 12.846/2013 (Lei Anticorrupção). 2. Conflitos de interesses de agentes públicos. 3. Código de Conduta da Alta Administração e Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. 4. Decreto n.º 9.203/2017: Política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. 5. *Due diligence*. 6. *Compliance* criminal, antitruste, anticorrupção e na proteção de dados pessoais. 7. Custos do programa de *compliance* e adequação ao tamanho e características da organização. 8. Fatores diferenciais na implantação do *compliance*. 9. Estruturação e atribuições da área de *compliance*. 10. Alocação no organograma da organização. 11. Escolha e responsabilidades do profissional de *compliance* (*compliance officer*). 12. Tipologias de regulamentações de disparo de alerta. 13. Vias de indicações ou denúncias. 14. Meios de proteção de denunciante. 15. Áreas relacionadas: Auditoria Interna, Ouvidoria, Corregedoria, Comissão de Ética. 16. Auditoria Independente. 17. Prevenção contra fraudes em licitações. 18. Agentes de contratação. 19. Gestores e fiscais de contratos. 20. Registro Cadastral. 21. Gestão de riscos. 22. Contratação direta: dispensa e ineligibilidade. 23. Ineligibilidade de licitação para contratação de serviços técnicos profissionais especializados. 24. Programa de integridade como obrigação contratual. 25. Programa de integridade e acordo de leniência. 26. Programa de conformidade como requisito de reabilitação. 27. Instituição de procedimentos específicos para prevenção contra fraudes em licitações e contratos. 28. Aplicação de normas técnicas internacionais. 29. ISO 31000 (Gestão de riscos). 30. ISO 37001 (Sistemas de gestão antissuborno). 31. ISO 37301 (Sistemas de gestão de *compliance*).

METODOLOGIA

Exposição da matéria e abordagem de casos.

CARGA HORÁRIA

21 horas/aula

PÚBLICO-ALVOÓrgãos e entidades da Administração Pública em todos os níveis federativos.
Empresas estatais.

CURSO 28

SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS

LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Estruturação das áreas e aplicação prática da LGPD

DESCRIÇÃO

A aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) enfrenta dificuldades na iniciativa privada, haja vista a incompreensão de suas disposições e, em maior grau, no Poder Público, em virtude das aparentes antinomias entre as normas de proteção de dados pessoais e as normas de acesso à informação, publicidade e transparência, questões por serem resolvidas mediante a assimilação dos conhecimentos trabalhados neste curso, a fim de que empresas e instituições públicas promovam a correta aplicação da lei.

EMENTA

1. Fundamentos da proteção de dados pessoais. 2. LGPD e acesso à informação: harmonização entre os mandamentos legais. 3. Operação de tratamento de dados pessoais. 4. Dados pessoais sensíveis. 5. Requisitos para o tratamento de dados. 6. Tratamento de dados pelo Poder Público. 7. Agentes de tratamento de dados pessoais. 7.1. Controlador. 7.2. Operador. 7.3. Encarregado. 8. *Compliance* e práticas de administração de dados nos níveis da organização. 8. Inventário de dados. 9. Titularidade dos dados pessoais. 10. Direitos em relação ao controlador. 11. Direito de confirmação do tratamento. 12. Direito de acesso. 13. Correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados. 14. Anonimização, bloqueio e eliminação de dados. 15. Portabilidade de dados. 16. Segurança de dados. 17. Incidentes de segurança. 18. Gestão de riscos e resposta a incidentes. 19. Governança. 20. Fiscalização. 21. Autoridade Nacional de Proteção de Dados. 22. LGPD e contratos administrativos. 23. Obrigações impostas pela LGPD e desequilíbrio econômico-financeiro do contrato. 24. Investigações internas. 25. Extinção de contratos e manutenção de dados pessoais. 26. Compartilhamento seguro de dados por órgãos e entidades públicas. 27. Inteligência Artificial. 28. Uso de normas técnicas internacionais. 29. ISO 27001 (Segurança da informação, segurança cibernética e proteção à privacidade). 30. ISO 27701 (Gestão da privacidade da informação). 31. Responsabilidades dos órgãos, entidades e agentes públicos. 32. Ressarcimento de danos. 33. Apuração de responsabilidade. 34. Sanções.

METODOLOGIA

Exposição da matéria, abordagem de casos e exercícios práticos.

CARGA HORÁRIA

21 horas/aula

PÚBLICO-ALVO

Órgãos e entidades da Administração Pública em todos os níveis federativos.

Empresas estatais.

Empresas contratadas pela Administração Pública.

CURSO 29

SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS

ANÁLISE DE IMPACTO REGULATÓRIO

Análise de Impacto Regulatório conforme a Lei n.º 13.848/2019

DESCRIÇÃO

A Análise de Impacto Regulatório (AIR) é ferramenta amplamente utilizada em países membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), organização internacional que possui diversas diretrizes para a qualidade regulatória dos Estados-membros. Em 2022, a República Federativa do Brasil manifestou pedido de adesão à OCDE, cujo processo está em andamento. Em harmonia com as diretrizes expedidas pela Organização, no âmbito da Administração Federal, a elaboração de AIR em processos regulatórios tornou-se obrigatória a partir da edição da Lei n.º 13.848/2019 (Lei Geral das Agências Reguladoras), da Lei n.º 13.874/2019 (Lei de Liberdade Econômica) e do Decreto n.º 10.411/2020, sendo utilizada como referência para as esferas estadual, distrital e municipal. O conhecimento sobre AIR é imprescindível para a qualidade das normas e prospecção dos efeitos almejados para a economia e a sociedade.

EMENTA

1. AIR no processo de elaboração das normas. 2. Fiscalização e monitoramento. 3. Avaliação de Resultado Regulatório. 4. Técnicas de problematização e definição de problema regulatório. 5. Definição dos objetivos frente ao problema regulatório. 6. Descrição das alternativas de solução do problema. 7. Identificação e tipologia de impactos regulatórios. 8. Análise Multicritério. 9. Método AHP. 10. Diminuição do fardo regulatório. 11. Minimização dos riscos de falhas de governo. 12. Eficiência econômica. 13. Otimização dos custos administrativos. 14. Redução das demandas de fiscalização. 15. Melhoria dos mecanismos de controle. 16. Incremento da governança regulatória. 17. Aumento da credibilidade institucional. 18. Regulamentação. 19. Responsabilidades.

METODOLOGIA

Exposição da matéria, abordagem de casos e exercícios práticos.

CARGA HORÁRIA

16 horas/aula

PÚBLICO-ALVO

Agências reguladoras.

Órgãos e entidades da Administração Pública atribuídos de poder regulatório.

CURSO 30

SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS

AVALIAÇÃO DE IMPACTO LEGISLATIVO

Inteligência e efetividade do processo legislativo

DESCRIÇÃO

A Avaliação de Impacto Legislativo é instrumento eficaz para a qualidade, eficiência e efetividade da atividade legiferante, em todas as esferas federativas, a fim de que o processo de formação das leis e outras espécies normativas seja pautado em parâmetros de razoabilidade e adequação, evitando-se o esforço de atuação dos parlamentares, assessores e outros servidores do Poder Legislativo para a apreciação e deliberação de proposições alheias a parâmetros mensuráveis de custo-benefício. As ferramentas por serem trabalhadas neste curso oferecerão aos parlamentares e servidores das casas legislativas o conjunto de conhecimentos e habilidades necessárias para o eficaz exercício da iniciativa de proposições legislativas e fixação de parâmetros para a fiscalização de seus resultados, sobretudo na execução de políticas públicas.

EMENTA

1. Avaliação de Impacto Legislativo. 2. Estado da arte no Brasil e no mundo. 3. Atores envolvidos. 4. Planejamento estratégico. 5. Comissão de Avaliação de Impacto Legislativo. 6. Uso de inteligência artificial. 7. Mandados de regulamentação e políticas públicas. 8. Significância do impacto. 9. Relevância política. 10. Estágio da política pública. 11. Proposições legislativas. 12. Definição de problemas. 13. Definição de objetivos. 14. Análise de alternativas possíveis. 14. Resultados por serem alcançados. 15. Indicadores e metas. 16. Orçamento. 17. Exame de viabilidade. 18. Análise de proporcionalidade entre ônus e benefícios. 19. Impactos econômicos, sociais e ambientais. 20. Simplificação administrativa. 21. Medição e avaliação de resultados. 22. Fiscalização do Poder Executivo. 23. Auxílio do Tribunal de Contas. 24. Cooperação entre órgãos e Poderes Públicos. 25. Participação social. 26. Resultados legislativos.

METODOLOGIA

Exposição da matéria, abordagem de casos e exercícios práticos.

CARGA HORÁRIA

16 horas/aula

PÚBLICO-ALVO

Órgãos do Poder Legislativo: Câmara dos Deputados, Senado Federal, Câmara Legislativa, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais.

Nossos talentos

Nossos profissionais possuem formação acadêmica específica e destacada experiência profissional nas áreas de conhecimento abordadas, em carreiras típicas de Estado e na Advocacia.



ÁLVARO CAPAGIO

REGULADOR FEDERAL

- Mestre em Direito Internacional e Sustentabilidade pela Universidade Federal de Santa Catarina
- Especialista em Direito Público pela Escola Paulista da Magistratura
- Diplomado pelo Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia da Escola Superior de Guerra
- Professor do Curso de Pós-Graduação em Direito da Faculdade Unyleya
- Técnico Industrial pelo Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro
- Especialista em Eletricidade pela Escola de Especialistas de Aeronáutica
- Membro titular do Comitê Brasileiro de Normalização
- Membro titular do Comitê Brasileiro de Avaliação da Conformidade
- Avaliador líder ISO 17020 certificado pela Sociedade Brasileira de Metrologia
- Principais publicações: Curso de Direito Administrativo (Saraiva, 2022); Aspectos Polêmicos sobre a Nova Lei de Licitações (Fórum, 2022); Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Saraiva, 2021); A regulação europeia sobre a água, energia e alimento para a sustentabilidade ambiental (Emais, 2021)
- Atuação profissional em licitações e contratos: concessões de serviços públicos, modelagem de contratos e matriz de riscos, estudos e planejamento de licitações, comissões de licitações, comissões de outorga, comissões técnicas, comissões ambientais, comissões de fiscalização contratual e controle interno
- Atuação profissional em apuração de responsabilidade: presidência de comissões de apuração de responsabilidade contratual, processos administrativos de responsabilização de pessoas jurídicas e processos administrativos disciplinares

[Clique aqui para ver o currículo completo](#)



ALDONEY COSTA
PESQUISADOR-TECNOLOGISTA EM
METROLOGIA E QUALIDADE

- Autoridade máxima nacional de acreditação do Brasil (2015/2016, 2019/2023)
- Graduado em Química Industrial pelas Faculdades Reunidas Nuno Lisboa
- Especialista em Engenharia Sanitária e Ambiental pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro
- Mestre em Sistemas de Gestão pela Universidade Federal Fluminense
- Avaliador líder de acreditação de organismos de certificação de sistema de gestão e produtos
- Avaliador líder par da InterAmerican Accreditation Cooperation



ALESSANDRO MORAES
DELEGADO DE POLÍCIA FEDERAL

- Especialista em Direito Imobiliário pela Universidade Cândido Mendes
- Especialista em Direito Registral pela Universidade Cândido Mendes
- Chefe da Delegacia Descentralizada no Estado do Rio de Janeiro
- Principais funções exercidas: Chefe do Núcleo de Operações; Unidade de Gestão Estratégica e Chefe do Setor de Planejamento Operacional
- Elevada experiência em investigações sobre fraudes em licitações e contratos
- Publicações: Temas processuais penais da atualidade (Letras Jurídicas, 2019); Inquérito policial: doutrina e prática: a visão do delegado de polícia (Letras Jurídicas, 2014)



ANA MORAES
CONSELHEIRA SUBSTITUTA
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO
RIO GRANDE DO SUL

- Mestre em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul
- Especialista em Direito Público pelo Centro Universitário Ritter dos Reis
- Especialista em Direito Processual Civil pela Universidade Luterana do Brasil
- Especialista em Direito Material e Processual do Trabalho pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos
- Especialista em Direito de Família e Sucessões pela Universidade Luterana do Brasil
- Especialista em Neurociências e Comportamento pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
- Publicações: Políticas públicas e os ODS da Agenda 2030 (Fórum, 2021); Responsabilidade na gestão fiscal: estudos em homenagem aos 20 anos da lei complementar nº 101/2000 (Fórum, 2020)



CARLOS NEVES
REGULADOR FEDERAL

- Bacharel em Engenharia Civil pela Universidade de Brasília
- Especialista em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas
- Especialista em Big Data and Social Analytics pelo Massachusetts Institute of Technology
- Especialista no Conselho Administrativo de Defesa Econômica
- Mestre em Geotecnia pela Universidade de Brasília
- Doutor em Economia Aplicada pela Universidade de Brasília
- Autor de vários artigos científicos



DANIELLE BARRONCAS

ADVOGADA
ADMINISTRADORA DE EMPRESAS

- Bacharela em Direito pela Universidade Luterana do Brasil
- Bacharela em Administração de Empresas pela Universidade Federal do Amazonas
- Especialista em Gestão de Pessoas pela Universidade Federal do Amazonas
- Especialista em Marketing Pela Universidade Federal do Amazonas
- Especialista em Direito do Consumidor pela Universidade Cândido Mendes



HUGO RIBEIRO

REGULADOR FEDERAL

- Bacharel em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Itajubá
- Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de São Carlos
- Doutor em Transportes pela Universidade de Brasília
- Aperfeiçoamento em People & Technology pela SLB Middle East Training Center, MLC (Emirados Árabes), e pela SLB Kellyville Training Center (Estados Unidos)
- Foi professor de Gestão e Logística do Instituto Federal do Triângulo Mineiro



JÉSSICA MOTA

ADVOGADA

- Presidente do Polo Inovale
- Mestre em Engenharia e Gestão do Conhecimento pela Universidade Federal de Santa Catarina
- Especialista em Direito Público e Novos Direitos pela Universidade do Oeste de Santa Catarina
- Especialista em Gestão Financeira pela Universidade do Oeste de Santa Catarina
- Especialista em LGPD, Privacidade e Proteção de Dados pela Escola Superior da Advocacia
- Publicação: Gestão do conhecimento organizacional (Unoesc, 2015)



JOÃO COELHO

REGULADOR FEDERAL

- Coordenador de Legislação da Superintendência de Regulação do Saneamento Básico da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico
- Especialista em Regulação Pública e Concorrência pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra
- Especialista em Concessões e Parcerias com a Administração Pública pelo Instituto de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa
- Especialista em Direito Econômico e Concorrência pela Fundação Getúlio Vargas



NOEL BARATIERI

ADVOGADO

- Doutor e Mestre em Direito Administrativo pela Universidade Federal de Santa Catarina
- Consultor da Comissão Especial de Direito Administrativo do Conselho Federal da OAB
- Membro Fundador e ex-Diretor do Instituto de Direito Administrativo de Santa Catarina
- Atividades docentes: foi professor de Direito Administrativo da Faculdade de Direito da Universidade Bandeirante de São Paulo e do Curso de Pós-graduação em Direito Administrativo da Universidade do Oeste de Santa Catarina
- Principais publicações: O método de negociação de Harvard na Administração Pública consensual (Livraria do Advogado, 2022); Serviço Público na Constituição Federal (Livraria do Advogado, 2014); Aspectos Polêmicos sobre a Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos: Lei nº 14.133/2021 (Fórum, 2022)



RENATA SANTOYO

REGULADORA FEDERAL

- Coordenadora Especial de Normalização da Assessoria Internacional da Agência Nacional de Telecomunicações
- Especialista em Regulação de Telecomunicações pela Universidade de Brasília
- Especialista pelo Curso Avançado de Regulação de Telecomunicações do Instituto Nacional de Telecomunicações
- Mestre em Direito pela Università di Roma – Tor Vergata
- Diplomada pelo Curso Superior de Política e Estratégia da Escola Superior de Guerra



RODRIGO LACERDA

REGULADOR FEDERAL

- Coordenador de Estudos e Inovações Regulatórias da Superintendência de Concessão da Infraestrutura da Agência Nacional de Transportes Terrestres
- Bacharel em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Espírito Santo
- Atribuições exercidas: fiscalização de contratos de concessões de serviços públicos, desenvolvimento de matriz de riscos, estudos para modelagem de contratos com sistema de livre passagem (free flow) e estruturação regulatória de contratos de concessões rodoviárias
- Cargos anteriores: Técnico Superior Operacional e fiscal de obras pelo Instituto de Obras Públicas do Estado do Espírito Santo - IOPES; Analista em Infraestrutura e fiscal de obras do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes



THIAGO CARVALHO

ESPECIALISTA EM PRODUTOS
ESTRATÉGICOS DE DEFESA

- Mestre em Matemática pela Universidade Federal de Santa Catarina
- Coordenador do Subgrupo Manutenção da Comissão Nacional de Treinamentos do Comitê Nacional de Prevenção de Acidentes Aeronáuticos
- Membro do Comitê Nacional de Prevenção de Acidentes Aeronáuticos do Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos
- Coordenador do Curso Técnico em Manutenção Aeronáutica no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
- Responsável Técnico de Produtos Estratégicos de Defesa pela Empresa Estratégica de Defesa SENAI/SC
- Expert da equipe brasileira no BRICS Competition de Manutenção Aeronáutica



VALDIR OLIVEIRA

PROCURADOR DA REPÚBLICA

- Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Largo São Francisco
- Especialista em Direito Tributário pela Fundação Getúlio Vargas
- Atuação nas áreas cível e criminal, notadamente combate à corrupção, improbidade administrativa e fiscalização dos atos da Administração Pública
- Cargos públicos anteriores: Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil, com atuação na área de comércio exterior e tributos internos; Oficial Intendente da Aeronáutica, com atuação em execução orçamentária e financeira, ocupando as funções de gestor de material, licitações e finanças



VIVIANE MENDES

ADVOGADA DA UNIÃO

- Coordenadora Regional Adjunta de Probidade da Procuradoria Regional da União na 2ª Região
- Mestra em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas
- Especialista em Direito das Telecomunicações Pelo Centro Universitário da Cidade do Rio de Janeiro
- Diplomada pelo Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia da Escola Superior de Guerra
- Aperfeiçoamento no Office of Attorney General, Houston, Texas, EUA
- Publicação: Mediação e arbitragem na administração pública (CRV, 2018)



INFORMAÇÕES DE CONTATO

Telefone [\(11\) 97736-3640](tel:(11)97736-3640)

Website www.licitainteligente.com.br

E-mail contato@licitainteligente.com.br



[licitacoesinteligentes](https://www.instagram.com/licitacoesinteligentes)

CNPJ 49.780.850/0001-49

Endereço Negócios Inteligentes
Av. Brigadeiro Faria Lima, 3144, Escritório 31
São Paulo - SP
CEP 01451-00



LICITAÇÕES | **INTELIGENTES**